

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE ODONTOLOGIA

ELIS MARINA ANDRADE RETZLAFF
KAMILA MATTIOLE VEFAGO

ANÁLISE DOCUMENTAL DOS REGISTROS DE ATENDIMENTOS
ODONTOLÓGICOS À PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE UMA CLÍNICA ESCOLA
EM UMA UNIVERSIDADE NO SUL DE SANTA CATARINA

CRICIÚMA
2019

**ELIS MARINA ANDRADE RETZLAFF
KAMILA MATTIOLE VEFAGO**

**ANÁLISE DOCUMENTAL DOS REGISTROS DE ATENDIMENTOS
ODONTOLÓGICOS À PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE UMA CLÍNICA ESCOLA
EM UMA UNIVERSIDADE NO SUL DE SANTA CATARINA**

Projeto de pesquisa do Curso de Odontologia da
Universidade do Extremo Sul Catarinense- UNESC

Orientadora: Profª Dra. Patrícia Simões Pires

**CRICIÚMA
2019**

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cronograma	14
Tabela 2 - Despesas de capital.....	15
Tabela 3 - Despesas de custeio	15

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
1.1 ÁREA	6
1.2 TEMA.....	6
1.3 DELIMITAÇÃO DO TEMA	6
1.4 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	6
1.5 JUSTIFICATIVA	7
2 OBJETIVOS	7
2.1 OBJETIVO GERAL.....	7
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	7
2.3 HIPÓTESE	7
2.4 REVISÃO	8
3 MATERIAIS E MÉTODOS	10
3.1 DESENHO DO ESTUDO	10
3.1.1 Sujeitos do Estudo e local de realização	10
3.1.2 Critérios de Inclusão dos pacientes.....	10
3.1.3 Critérios de exclusão dos pacientes.....	11
3.2 PROCEDIMENTO DE LEVANTAMENTO DE DADOS	11
4 METODOLOGIA DA PESQUISA	12
4.1 RISCO	12
4.2 BENEFÍCIOS	12
4.3 DESFECHO PRIMÁRIO	13
4.4 DESFECHO SECUNDÁRIO.....	13
4.5 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	13
5 CRONOGRAMA.....	14
6 ORÇAMENTO	15
6.1 CAPITAL	15
6.2 CUSTEIO	15
REFERÊNCIAS	16

RESUMO

O prontuário de atendimento odontológico preenchido pelo cirurgião dentista é considerado o registro de todos os dados e procedimentos realizados no paciente e é de suma importância para otimização e organização da clínica odontológica. Este trabalho tem por objetivo analisar a documentação dos registros de atendimento odontológicos à pessoas com deficiência de uma Clínica Escola em uma Universidade no Sul de Santa Catarina, buscando os prontuários da disciplina, com intuito de verificar o preenchimento adequado desses prontuários. Muitas vezes informações essenciais deixam de ser registradas como dados obtidos antes, durante e após o tratamento. Um prontuário odontológico bem elaborado e atualizado corretamente demonstra dentre outras coisas, eficiência técnica, além de ser usado caso seja necessário, em processos civis, penais, éticos e instrumento para consulta na identificação humana. Dessa forma, com um correto preenchimento, há maior possibilidade de obter resultados para a prática clínica, auxiliando os profissionais a exercer, da melhor maneira possível a sua profissão.

Palavras-chave: prontuários, pessoa com deficiência, clínica odontológica.

1 INTRODUÇÃO

1.1 ÁREA

Odontologia

1.2 TEMA

Pacientes com Deficiência

1.3 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Registro de atendimento de pacientes na disciplina de Pacientes com Necessidades Especiais

1.4 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

O prontuário é um conjunto de documentos ordenados, sistematizados e sucinto, ele deve conter todas as informações que um profissional necessita para realizar um trabalho eficaz e de qualidade, tornando-se uma ferramenta essencial para o cirurgião-dentista.

O atendimento odontológico, a exemplo de outras áreas da Saúde, tem seus registros de forma geral incompletos quanto aos dados dos usuários (anamnese, diagnóstico, prognóstico), dos serviços prestados, e da terapêutica administrada. Tendo como foco a relação ensino-aprendizagem, é importante que os acadêmicos se tornem capacitados a realizar estes registros de forma correta, considerando serem os prontuários provas documentais. Apesar de alguns serviços serem realizados em ambiente acadêmico, com foco na aprendizagem do aluno, estes déficits de registro também são encontrados.

Frente a problemática elencou-se como pergunta de pesquisa: como é realizado o registro dos atendimentos odontológicos à pessoas com deficiência por acadêmicos em uma Clínica Escola em uma Universidade no Sul de Santa Catarina?

1.5 JUSTIFICATIVA

A busca pela análise documental dos prontuários de pessoas com deficiência terá uma contribuição significativa para os acadêmicos e professores do Curso de Odontologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), buscando as falhas e possibilitando um correto registro de qualidade e organização facilitando atendimentos futuros.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a documentação dos registros de atendimento odontológicos à pessoas com deficiência de uma Clínica Escola em uma Universidade no Sul de Santa Catarina.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar a presença nos registros de acadêmicos e docentes as seguintes variáveis: sexo, idade, primeiro atendimento, último atendimento, assinatura do professor responsável, procedimento diário e anamnese, prontuário físico, anamnese no sistema online, registro do procedimento, assinatura do aluno no procedimento, assinatura do professor no procedimento, retorno agendado, se o paciente foi chamado, se o paciente retornou, se o paciente permanece em tratamento.
- Analisar caligrafia e ortografia dos registros.

2.3 HIPÓTESE

- Os itens incompletos mais encontrados nos registros serão: assinatura do professor responsável, assinatura do aluno no procedimento, assinatura do professor no procedimento, retorno agendado.

- Serão encontrados nos registros da anamnese realizados por acadêmicos e docentes, tipo de necessidade especial, queixa principal, histórico familiar, história pregressa, sinais e sintomas, medicamentos em uso, exames realizados, terapêuticas anteriores.
- Serão encontrados registros ilegíveis e com erros de ortografia em média quantidade.

2.4 REVISÃO

Pessoas com deficiência são aqueles que possuem alterações físicas, mentais, sensoriais, de desenvolvimento, comportamentais e/ou emocionais, além de condições limitadas que requerem atenção médica (problemas sistêmicos de saúde) necessitando de programas ou serviços especializados (ACS et al., 2001). A condição patológica pode ser de desenvolvimento ou adquirida, podendo causar limitações ou incapacidade nas atividades do dia a dia (ACS et al., 2001). Atualmente, o termo considerado mais adequado para sua denominação é “pessoa com deficiência” (LIPPO; MATARAZZO, 2009).

O ser humano é uma entidade que possuiu qualidades e funções variadas, formado por um conjunto de órgãos e sistemas que devem funcionar em perfeita harmonia, caso isso não seja possível, este paciente de certa forma necessita de um auxílio especial, sendo que esses indivíduos muitas vezes fazem parte da rotina da clínica odontológica (VARELLIS, 2013).

Alguns cursos de Odontologia incluíram na sua grade curricular uma disciplina voltada para o atendimento odontológico de pessoa com deficiência, objetivando preparar adequadamente os futuros profissionais para o atendimento dessa parcela da população (DOMINGUES et al., 2015). O atendimento de pessoa com deficiência por estudantes do curso de graduação proporciona o aprendizado não apenas de técnicas para o atendimento odontológico preventivo e curativo, mas procura, principalmente, dar embasamento científico para que estes atuem com segurança quando se depararem com os diferentes problemas neuropsicomotores ou sistêmicos apresentados por esses pacientes, além disso, prepara o futuro profissional para oferecer um tratamento mais humanizado, incentivando uma maior

relação interpessoal entre profissional, paciente e responsáveis/cuidadores (DOMINGUES et al., 2015).

As pessoas com deficiência costumam apresentar maior incidência de doenças da cavidade oral, ausências de dentes e maior dificuldade para receber tratamento dentário do que outros membros da população, em razão muitas vezes do despreparo do profissional para essa especialidade (AMARAL et al., 2011).

Pessoas com deficiência apresentam maior risco para as doenças bucais quando apresentam dificuldade na higienização local, na mastigação, fazem uso de dieta pastosa e/ou rica em carboidratos, utilizam medicamentos adocicados de rotina ou que promovem a diminuição do fluxo salivar, além das limitações para acesso aos serviços (SANTOS et al., 2015). A assistência odontológica a esse grupo populacional pode envolver dificuldades considerando as limitações destes pacientes ou relacionadas aos profissionais das equipes de saúde bucal (SANTOS et al., 2015).

Quando uma pessoa apresenta limitações na área da cognição, associadas a limitações motoras e/ou sensoriais, tem-se o diagnóstico de múltiplas deficiências, e isto não quer dizer que a soma das limitações, sejam múltiplas, mas sim o nível de desenvolvimento, suas possibilidades funcionais, de comunicação, de interação social e de aprendizagem e isso é o que irá determinar a necessidade educacional desses indivíduos (ROSÁRIO; SILVA, 2016).

Segundo o Conselho Federal de Odontologia (CFO) 2012, Capítulo VII Dos Documentos Odontológicos, Art.17, é obrigatória a elaboração e a manutenção de forma legível e atualizada de prontuário e a sua conservação em arquivo próprio seja de forma física ou digital. Os profissionais da Odontologia deverão manter no prontuário os dados clínicos necessários para a boa condução do caso, sendo preenchido, em cada avaliação, em ordem cronológica com data, hora, nome, assinatura e número de registro do cirurgião-dentista no Conselho Regional de Odontologia.

Os documentos odontológicos são um conjunto de declarações firmadas pelo profissional e paciente, no âmbito clínico, que servem como prova, podendo ser utilizados com finalidade jurídica (AMORIM et al., 2016).

No prontuário odontológico deve constar declarações firmadas e realizadas pelo profissional no exercício da profissão, podendo ser utilizada em processo jurídico ou pericial. Um prontuário convencional é composto de anamnese, contrato de prestação de serviços

odontológicos, evolução clínica do tratamento, radiografias e fotografias do paciente bem como cópias de receitas, atestados e encaminhamentos, contém todas as informações que um profissional necessita para realizar um trabalho eficaz e de qualidade, tornando-se uma ferramenta essencial para o cirurgião-dentista e desta forma, com esta ferramenta, pode-se realizar uma avaliação diária do tratamento proposto, analisando a evolução e as condições gerais do paciente (SANTOS; CARVALHO, 2014).

Muitas vezes o cirurgião-dentista deixa de registrar informações essenciais, como dados constatados antes, durante e após o tratamento. Um prontuário odontológico elaborado e atualizado corretamente demonstra dentre outras coisas, eficiência técnica, além de ser usado caso seja necessário em processos civis, penais, éticos e de instrumento para consulta na identificação humana (AMORIM et al., 2016).

3 MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 DESENHO DO ESTUDO

Estudo de abordagem quali-quantitativa, transversal, descritivo e retrospectiva, de campo, documental.

3.1.1 Sujeitos do Estudo e local de realização

O estudo será realizado na clínica de Odontologia da Unesc, com prontuários de pacientes com deficiência, usuários do serviço.

3.1.2 Critérios de Inclusão dos pacientes

- Pessoa com deficiência
- Ser atendido na clínica da disciplina de Pacientes com Necessidades Especiais no período de 2014 à 2019/1.

3.1.3 Critérios de exclusão dos pacientes

- Ter recebido atendimento externo à Clínica Escola da Universidade.

3.2 PROCEDIMENTO DE LEVANTAMENTO DE DADOS

- Serão identificados os prontuários dos pacientes com necessidades especiais atendidos na clínica escola da Unesc, entre os anos de 2014 à 2019/1, físicos e online.
- Serão coletados dos prontuários em planilha previamente organizada: (apêndice A).
- Identificar a presença nos registros de pacientes: sexo, idade, primeiro atendimento, ultimo atendimento, assinatura do professor responsável, anamnese prontuário físico, anamnese online, registro do procedimento, assinatura do aluno no procedimento, assinatura do professor no procedimento, retorno agendado, se o paciente foi chamado, se o paciente retornou, se o paciente permanece em tratamento.
- Serão analisados também a qualidade dos registros acadêmicos e docentes nos prontuários quanto a anamnese: tipo de deficiência, queixa principal, histórico familiar, história pregressa, sinais e sintomas, medicamentos em uso, exames realizados, terapêuticas anteriores e análise da caligrafia e ortografia dos registros, assinatura e carimbo do professor e acadêmico.
- A discussão dos resultados será a partir do referencial teórico construído durante o projeto e após coleta de dados, das bases de dados Scielo, Pubmed e Lilacs publicados preferencialmente nos últimos 10 anos.
- O responsável pela clínica escola assinará o Termo de concordância autorizando o desenvolvimento da pesquisa no ambiente de acordo com Anexo 01.
- O projeto será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres Humanos, obedecendo a Resolução 510/2016/CNS, a fim de ser avaliado evitando-se desta

forma equívocos metodológicos que possam incorrer em desvios éticos quanto aos resultados da pesquisa e falha na interpretação dos dados, acarretando prejuízo ao leitor e usuário do serviço.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

1ª Etapa: Aceite para a realização do projeto pela coordenadora da clínica odontológica da UNESC e aprovação do Comitê de Ética.

2ª Etapa: Reconhecimento e seleção dos prontuários que farão parte da pesquisa, levando em conta os critérios de inclusão e exclusão.

3ª Etapa: Coleta dos dados dos pacientes

- Serão coletados os dados dos prontuários dos pacientes que foram atendidos na disciplina de Odontologia para pacientes portadores de necessidades especiais e registrados em uma tabela.

4ª Etapa: Análise Estatística

- Após coletar os dados dos prontuários na instituição, estes serão compilados em planilhas do software Microsoft Office Excel versão 2007.
- Os dados serão analisados no software SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 22.0, de forma descritiva para as variáveis quantitativas.

4.1 RISCO

O possível risco do estudo será a perda da confidencialidade dos dados.

4.2 BENEFÍCIOS

Melhora da qualidade dos registros dos atendimentos odontológicos.

4.3 DESFECHO PRIMÁRIO

Identificação de prontuários.

4.4 DESFECHO SECUNDÁRIO

Análise dos prontuários e seus registros.

4.5 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

A pesquisa será iniciada após aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos da Universidade do Extremo Sul Catarinense e autorização do local onde será realizada a pesquisa mediante apresentação do projeto e Termo de Confidencialidade, tendo como base a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre pesquisa com seres humanos, sendo garantido o sigilo da identidade dos pacientes e a utilização dos dados somente para esta pesquisa científica.

5 CRONOGRAMA

Tabela 1 - Cronograma

ATIVIDADES	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	ag	set	out	nov	dez
Revisão bibliográfica	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Elaboração do Projeto	X	X	X								
Submissão ao comitê de ética				X							
Desenvolvimento do projeto/coleta dos dados						X	X	X			
Análise estatística									X		
Elaboração do Artigo									X	X	
Apresentação TCC					X					X	
Submissão do artigo para revista											X

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras, 2019.

6 ORÇAMENTO

Todas as despesas serão de responsabilidade dos autores do projeto.

6.1 CAPITAL

Tabela 2 - Despesas de capital

Discriminação	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor Total R\$
Notebook	1	2.000,00	2.000,00
Impressora	1	1.000	1.000
Jaleco	2	60,00	120,00
Deslocamento			100,00
TOTAL			3.220,00

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras, 2019.

6.2 CUSTEIO

Tabela 3 - Despesas de custeio

Discriminação	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor Total R\$
Resmas de papel tipo A4	2	15,00	30,00
Cartuchos de tinta	2	25,00	50,00
Canetas Esferográficas	10	1,10	11,00
TOTAL			91,00

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras, 2019.

REFERÊNCIAS

ACS G, Pretzer S, Foley M, Ng MW Perceived outcomes and parental satisfaction following dental rehabilitation under general anesthesia. **Pediatrc Dent**; 23: p. 419-23, 2001.

AMARAL, Cristhiane Olivia Ferreira et al. Avaliação das expectativas e sentimentos de alunos de odontologia frente ao atendimento de pacientes com necessidades especiais. **RFO UPF**. Passo Fundo, vol.16, n.2, pp. 124-129. Mai./Ago.2011.Disponívelem:<http://revodonto.bvsalud.org/pdf/rfo/v16n2/a02v16n2.pdf>. Acesso as 16:54 do dia 11 de abril de 2019.

AMORIM, Haylla Priscilla de Lima et al. A importância do preenchimento adequado dos prontuários para evitar processos em Odontologia.**Arquivos em Odontologia**. Belo Horizonte, vol.52, n.1, pp.32-37. Ene./Mar. 2016. Disponível em: http://revodonto.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151609392016000100003&lng=es&nrm=iso&tlng=pt. Acesso as 10:23 do dia 07 de abril de 2019.

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA. RESOLUÇÃO CFO-118/2012. Disponível em: <http://www.cfo.org.br/> . Acesso as 15:43h do dia 11 de abril de 2019.

DOMINGUES Natalia Bertolo, et al. Caracterização dos pacientes e procedimentos executados no serviço de atendimento a pacientes com necessidades especiais da Faculdade de Odontologia de Araraquara – UNESP.**Rev Odontol UNESP**. 2015 Nov-Dec; 44(6): 345-350. Disponível em:<http://dx.doi.org/10.1590/1807-2577.0015>. Acesso as 11:12 do dia 05 de abril de 2019.

LIPPO H., MATARAZZO C. **Vai encarar? A nação quase invisível de pessoas com deficiência**.São Paulo: Ed. Melhoramentos, 2009.

ROSÁRIO, Hilda; SILVA, Simone. Strategies adopted by parents in the schooling experience of their young and adult children with disabilities. **Revista de Enfermagem Referência**, [s.l.], n. 11, p.51-59, 22 dez. 2016. Health Sciences Research Unit: Nursing. <http://dx.doi.org/10.12707/riv16065>.

SANTOS Jacqueline Silva, et al. Utilização dos serviços de atendimento odontológico hospitalar sob sedação e/ou anestesia geral por pessoas com necessidades especiais no SUS-MG, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 20(2):515-524, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232015000200515&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso as 21:37 do dia 07 de abril de 2019.

SANTOS Perseu S; CARVALHO Gilberto P. Prontuários eletrônicos em odontologia e obediência às normas do CFO. **Revista Odontológica do Brasil- Central**.vol. 23, n. 66. 23(66), 2014. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0104-7914/2014/v23n66/a5053.pdf>. Acesso as 09:32 do dia 28 de março de 2019.

VARELLIS, Maria Lucia Zarvos. **O paciente com necessidade especial na odontologia**: Manual prático. 2. ed. São Paulo: Santos Editora, 558 p. 2013.

APÊNDICE (S)

ANEXO (S)

ANEXO 1 - CARTA DE ACEITE

16

ANEXO (S)**ANEXO 1 - CARTA DE ACEITE**

Declaramos, para os devidos fins que se fizerem necessários, que concordamos em disponibilizar prontuários da Instituição da Clínica Odontológica da Universidade do Extremo Sul Catarinense, localizada na Avenida Universitária nº1105 - Bairro Universitário, Criciúma/SC – CEP 88806-000, para o desenvolvimento da pesquisa intitulada “ANÁLISE DOCUMENTAL DOS REGISTROS DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICOS À PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE UMA CLÍNICA ESCOLA EM UMA UNIVERSIDADE NO SUL DE SANTA CATARINA” sob a responsabilidade do professor(a) responsável Patrícia Simões Pires e pesquisador(s) Elis Marina Andrade Retzlaff e Kamila Mattiole Vefago do Curso Odontologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, pelo período de execução previsto no referido projeto.

Profª. Sinara Giazoli
CNO 3871
Coordenadora do Serviço de Odontologia



Nome do Responsável pela instituição/empresa

Cargo do Responsável

ANEXO 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

17

ANEXO 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título da Pesquisa: ANÁLISE DOCUMENTAL DOS REGISTROS DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICOS À PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE UMA CLÍNICA ESCOLA EM UMA UNIVERSIDADE NO SUL DE SANTA CATARINA.

Objetivo: Analisar a documentação dos registros de atendimento odontológicos à pessoas com deficiência de uma Clínica Escola em uma Universidade no Sul de Santa Catarina.

Período da coleta de dados: Junho

Tempo estimado para cada coleta: 30 dias

Local da coleta: Clínica Odontológica da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Pesquisador/Orientador: Patrícia Duarte Simões Pires

Telefone: 48 999789718

Pesquisador/Acadêmico: Elis Marina Andrade Retzlaff
e Kamila Mattile Vefago

Telefone: 48 999050598

48 998007236

8ª fase do Curso de Odontologia da UNESC

Como convidado(a) para participar voluntariamente da pesquisa acima intitulada e aceitando participar do estudo, declaro que:

Poderei desistir a qualquer momento, bastando informar minha decisão diretamente ao pesquisador responsável ou à pessoa que está efetuando a pesquisa.

Por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro, não haverá nenhuma remuneração, bem como não terei despesas para com a mesma. No entanto, fui orientado(a) da garantia de ressarcimento de gastos relacionados ao estudo. Como prevê o item IV.3.g da Resolução CNS 466/2012, foi garantido a mim (participante de pesquisa) e ao meu acompanhante (quando necessário) o ressarcimento de despesas decorrentes da participação no estudo, tais como transporte, alimentação e hospedagem (quando necessário) nos dias em que for necessária minha presença para consultas ou exames.

Foi expresso de modo claro e afirmativo o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/ indiretos e imediatos/ tardios pelo tempo que for necessário a mim (participante da pesquisa), garantido pelo(a) pesquisador(a) responsável (Itens II.3.1 e II.3.2, da Resolução CNS nº 466 de 2012).

Estou ciente da garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa (Item IV.3.h, da Resolução CNS nº 466 de 2012).

Os dados referentes a mim serão sigilosos e privados, preceitos estes assegurados pela Resolução nº 466/2012 do CNS - Conselho Nacional de Saúde - podendo eu solicitar informações durante todas as fases da pesquisa, inclusive após a publicação dos dados obtidos a partir desta.

Para tanto, fui esclarecido(a) também sobre os procedimentos, riscos e benefícios, a saber:

DETALHES DOS PROCEDIMENTOS QUE SERÃO UTILIZADOS NA PESQUISA
Será analisado a documentação dos registros de atendimento odontológico à pessoas com deficiência de uma Clínica Escola em uma Universidade do Sul de Santa Catarina.
RISCOS
O possível risco do estudo será a perda da confidencialidade dos dados.
BENEFÍCIOS
Melhora da qualidade dos registros dos atendimentos odontológicos.

Declaro ainda, que tive tempo adequado para poder refletir sobre minha participação na pesquisa, consultando, se necessário, meus familiares ou outras pessoas que possam me ajudar na tomada de decisão livre e esclarecida, conforme a resolução CNS 466/2012 item IV.1.C.


Diante de tudo o que até agora fora demonstrado, declaro que todos os procedimentos metodológicos e os possíveis riscos, detalhados acima, bem como as minhas dúvidas, foram devidamente esclarecidos, sendo que, para tanto, firmo ao final a presente declaração, em duas vias de igual teor e forma, ficando na posse de uma e outra sido entregue ao (à) pesquisador(a) responsável (o presente documento será obrigatoriamente assinado na última página e rubricado em todas as páginas pelo(a) pesquisador(a) responsável/pessoa por ele(a) delegada e pelo(a) participante/responsável legal).

Em caso de dúvidas, sugestões e/ou emergências relacionadas à pesquisa, favor entrar em contato com o (a) pesquisador (a) Elis Marina Andrade Retzlaff e Kamila Mattiole Vefago pelo telefone (48) 999050598 e (48) 998007236 e/ou pelo e-mail elis.marina@hotmail.com e kamilavefago@gmail.com.

Professora orientadora Patrícia Duarte Simões Pires, telefone (48) 999789718 e/ou pelo e-mail patriciadspires@gmail.com.

Em caso de denúncias, favor entrar em contato com o Comitê de Ética – CEP/UNESC (endereço no rodapé da página).

O Comitê de Ética em Pesquisa em Humanos (CEP) da Unesc pronuncia-se, no aspecto ético, sobre todos os trabalhos de pesquisa realizados, envolvendo seres humanos. Para que a ética se faça presente, o CEP/UNESC revisa todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos. Cabe ao CEP/UNESC a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na Instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas. Tem também papel consultivo e educativo, de forma a fomentar a reflexão em torno da ética na ciência, bem como a atribuição de receber denúncias e requerer a sua apuração.

ASSINATURAS	
Voluntário(a)/Participante	Pesquisador(a) Responsável
<hr/> Assinatura	 <hr/> Assinatura
Nome: _____	Nome: <i>Dra. Patrícia D. Simões Pires</i> UNESC-CRO 2153
CPF: _____._____._____-____	CPF: <i>305.833.110-87</i>

Criciúma (SC), XX de XXXXXXXXXX de 20XX.

ANEXO 3 –TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

20

ANEXO 3 –TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título da Pesquisa: ANÁLISE DOCUMENTAL DOS REGISTROS DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICOS À PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE UMA CLÍNICA ESCOLA EM UMA UNIVERSIDADE NO SUL DE SANTA CATARINA.

Objetivo: Analisar a documentação dos registros de atendimento odontológicos à pessoas com deficiência de uma Clínica Escola em uma Universidade no Sul de Santa Catarina.

Período da coleta de dados: Junho

Tempo estimado para cada coleta: 30 dias

Local da coleta: Clínica Odontológica da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Pesquisador/Orientador: Patrícia Duarte Simões Pires

Telefone: 48 999789718

Pesquisador/Acadêmico: Elis Marina Andrade Retzlaff
e Kamila Mattiole Vefago

Telefone: 48 999050598
48 998007236

8ª fase do Curso de Odontologia da UNESC

Os pesquisadores (abaixo assinados) se comprometem a preservar a privacidade e o anonimato dos sujeitos com relação a toda documentação e toda informação obtidas nas atividades e pesquisas a serem coletados (em prontuários e bases de dados e análise clínica) do local informado a cima.

Concordam, igualmente, em:

- Manter o sigilo das informações de qualquer pessoa física ou jurídica vinculada de alguma forma a este projeto;
- Não divulgar a terceiros a natureza e o conteúdo de qualquer informação que componha ou tenha resultado de atividades técnicas do projeto de pesquisa;
- Não permitir a terceiros o manuseio de qualquer documentação que componha ou tenha resultado de atividades do projeto de pesquisa;
- Não explorar, em benefício próprio, informações e documentos adquiridos através da participação em atividades do projeto de pesquisa;
- Não permitir o uso por outrem de informações e documentos adquiridos através da participação em atividades do projeto de pesquisa.

• Manter as informações em poder do pesquisador Elis Marina Andrade Retzlaff e Kamila Mattiole Vefago, por um período de 5 anos. Após este período, os dados serão destruídos.

Por fim, declaram ter conhecimento de que as informações e os documentos pertinentes às atividades técnicas da execução da pesquisa somente podem ser acessados por aqueles que assinaram o Termo de Confidencialidade, excetuando-se os casos em que a quebra de confidencialidade é inerente à atividade ou em que a informação e/ou documentação já for de domínio público.

ASSINATURAS	
<p>Orientador(a)</p> <p><i>Dra. Patrícia D. Silva Pires</i> UNESC-CRO 2133</p> <hr/> <p>— Assinatura Nome:</p> <hr/> <p>CPF: <u>305 . 233 . 110 - 82</u></p>	<p>Pesquisador(a)</p> <p><i>Elis Marina Andrade Retzlaff</i></p> <hr/> <p>— Assinatura Nome:</p> <hr/> <p>CPF: <u>059 . 462 . 249 - 21</u></p>
<p>Pesquisador(a)</p> <p><i>Kamila Mattiole Vefago</i></p> <hr/> <p>— Assinatura Nome:</p> <hr/> <p>CPF: <u>097 . 880 . 719 - 01</u></p>	<p>Pesquisador(a)</p> <hr/> <p>— Assinatura Nome:</p> <hr/> <p>CPF: <u> . . - </u></p>

Criciúma (SC), XX de XXXXXXXXXX de 20XX.

ANEXO 4 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE DO EXTREMO
SUL CATARINENSE - UNESC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ANÁLISE DOCUMENTAL DOS REGISTROS DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICOS À PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE UMA CLÍNICA ESCOLA EM UMA UNIVERSIDADE NO SUL DE SANTA CATARINA

Pesquisador: Patrícia duarte Simões Pires

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 12992819.1.0000.0119

Instituição Proponente: Universidade do Extremo Sul Catarinense

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.344.687

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa pretende realizar uma análise a documentação dos registros de atendimento odontológicos à pessoas com deficiência de uma Clínica Escola em uma Universidade no Sul de Santa Catarina. Serão coletados os dados dos prontuários dos pacientes que foram atendidos na disciplina de Odontologia para pacientes

portadores de necessidades especiais e registrados em uma tabela, após será realizado uma análise estatística os dados dos prontuários na instituição, estes serão compilados em planilhas do software Microsoft Office Excel versão 2007. Os dados serão analisados no software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), versão 22.0, de forma descritiva para as variáveis quantitativas. Critério de Inclusão: Pessoa com deficiência Ser atendido na clínica da disciplina de Pacientes com Necessidades Especiais no período de 2014 à 2019/1.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a documentação dos registros de atendimento odontológicos à pessoas com deficiência de uma Clínica Escola em uma Universidade no Sul de Santa Catarina.

Objetivo Secundário:

- Identificar a presença nos registros de acadêmicos e docentes as seguintes variáveis: sexo, idade, primeiro atendimento, último atendimento, assinatura do professor responsável,

Endereço: Avenida Universitária, 1.105

Bairro: Universitário

UF: SC

Município: CRICIUMA

CEP: 88.806-000

Telefone: (48)3431-2606

E-mail: cetica@unesc.net

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC



Continuação do Parecer: 3.344.687

procedimento diário e anamnese, prontuário físico, anamnese no sistema online, registro do procedimento, assinatura do aluno no procedimento, assinatura do professor no procedimento, retorno agendado, se o paciente foi chamado, se o paciente retornou, se o paciente permanece em tratamento. Analisar caligrafia e ortografia dos registros.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A presente pesquisa, resguardado o sigilo dos dados pessoais dos participantes não apresenta maiores riscos aos mesmos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A presente pesquisa pode contribuir com a melhoria do registro nos prontuários dos pacientes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória estão adequados

Recomendações:

Recomendamos que ao término da pesquisa seja postado na plataforma Brasil o relatório da pesquisa conforme o cronograma e que o relatório final seja entregue para o curso de odontologia com o intuito de contribuir com a melhoria no registro dos prontuários dos pacientes.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A presente pesquisa não apresenta pendências ou inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1347103.pdf	02/05/2019 17:42:50		Aceito
Folha de Rosto	rosto.pdf	02/05/2019 17:42:10	Patrícia duarte Simões Pires	Aceito
Outros	tabela.pdf	01/05/2019 07:42:32	Patrícia duarte Simões Pires	Aceito
Outros	confidencialidade.pdf	01/05/2019 07:41:44	Patrícia duarte Simões Pires	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	aceite.pdf	01/05/2019 07:41:14	Patrícia duarte Simões Pires	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	tcle.pdf	01/05/2019 07:41:01	Patrícia duarte Simões Pires	Aceito

Endereço: Avenida Universitária, 1.105

Bairro: Universitário

UF: SC

Telefone: (48)3431-2606

Município: CRICIUMA

CEP: 88.806-000

E-mail: cetica@unesc.net

UNIVERSIDADE DO EXTREMO
SUL CATARINENSE - UNESC



Continuação do Parecer: 3.344.687

Ausência	tcle.pdf	01/05/2019 07:41:01	Patrícia duarte Simões Pires	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.docx	01/05/2019 07:40:29	Patrícia duarte Simões Pires	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CRICIUMA, 23 de Maio de 2019

Assinado por:
RENAN ANTONIO CERETTA
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Universitária 1.105

Bairro: Universitário

CEP: 88.806-000

UF: SC Município: CRICIUMA

Telefone: (48)3431-2606

E-mail: cetica@unescc.net

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE ODONTOLOGIA**

**ELIS MARINA ANDRADE RETZLAFF
KAMILA MATTIOLE VEFAGO**

**ANÁLISE DOCUMENTAL DOS REGISTROS DE ATENDIMENTOS
ODONTOLÓGICOS À PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE UMA CLÍNICA ESCOLA
EM UMA UNIVERSIDADE NO SUL DE SANTA CATARINA**

**CRICIÚMA
2019**

**ANÁLISE DOCUMENTAL DOS REGISTROS DE ATENDIMENTOS
ODONTOLÓGICOS À PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE UMA CLÍNICA ESCOLA
EM UMA UNIVERSIDADE NO SUL DE SANTA CATARINA**

**DOCUMENTARY ANALYSIS OF DENTAL CARE RECORDS FOR DISABLED
PEOPLE OF A SCHOOL CLINIC AT A UNIVERSITY IN THE SOUTH SANTA
CATARINA**

ELIS MARINA ANDRADE RETZLAFF¹

KAMILA MATTIOLE VEFAGO²

PATRÍCIA DUARTE SIMÕES PIRES³

Endereço para correspondência:

Curso de Odontologia – Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina – UNESC.
Av. Universitária, 1105. Criciúma – SC – Bairro Universitário. CEP – 88806-000.

¹Graduanda do Curso de Odontologia - Universidade do Extremo Sul Catarinense - Email: elis.marina@hotmail.com, (48) 99905-0598.

²Graduanda do Curso de Odontologia - Universidade do Extremo Sul Catarinense - E-mail: kamilavefago@gmail.com, (48) 99800-7236.

³Doutora em Ciências da Saúde - Universidade do Extremo Sul Catarinense e professora do curso de Odontologia da Unesc - E-mail: patriciadspires@gmail.com.

RESUMO

O prontuário de atendimento odontológico preenchido pelo cirurgião dentista contém o registro de todos os dados e procedimentos realizados no paciente sendo de suma importância para otimização e organização da clínica odontológica. Um prontuário odontológico bem elaborado e atualizado corretamente demonstra eficiência, responsabilidade, sendo de valia em processos civis, penais, éticos e também como um instrumento na identificação humana.

Objetivo: analisar a documentação dos registros de atendimentos odontológicos à pessoas com deficiência de uma Clínica Escola em uma Universidade no Sul de Santa Catarina.

Metodologia: O estudo tratou-se de uma abordagem quali-quantitativa, transversal, descritiva e retrospectiva, de campo, documental sendo realizado na Clínica Escola de Odontologia em uma Universidade no Sul de Santa Catarina, com prontuários de pacientes com deficiência, usuários do serviço, no período de 2014 à 2019/1. Os dados foram coletados em planilhas do Software Microsoft Office Excel versão 2007. Para a análise dos resultados foram utilizados os seguintes critérios: perfil dos pacientes, registros da anamnese e evolução dos prontuários físicos e online, agendamentos, retornos para acompanhamento, assinaturas e carimbos dos docentes e discentes, legibilidade/ilegibilidade dos registros.

Resultados: Um total de 146 pacientes receberam atendimento no período de 2014 à 2019/1 e 246 análises foram realizadas nestes prontuários e entre estes, foram excluídos 13 análises, onde os pacientes não eram da disciplina de PNE ou os prontuários tanto físico como online não foram encontrados, totalizando desta forma um total de 233 análises para o levantamento estatístico do estudo.

Conclusão: A partir dos resultados obtidos na pesquisa observou-se que faz-se necessário uma maior atenção no preenchimento dos prontuários clínicos dos pacientes. O discente deve realizar todos os registros obrigatórios tanto no prontuário físico quanto no online e os docentes devem estabelecer metodologias rigorosas na conferência destes registros. Acredita-se que os dados coletados poderão contribuir para posterior melhora do serviço odontológico ofertado para os pacientes com deficiência.

Palavras-chave: prontuários, pessoa com deficiência, clínica odontológica.

ABSTRACT

The dental care record completed by the dentist contains a record of all data and procedures performed on the patient and is of paramount importance for the optimization and organization of the dental clinic. A well-prepared and correctly updated dental record demonstrates efficiency, responsibility, and is of value in civil, criminal, ethical and also as an instrument for human identification.

Objective: To analyze the documentation of dental care records for people with disabilities from a Clinical School at a University in the south of Santa Catarina. **Methodology:** The study was a qualitative, cross-sectional, descriptive and retrospective, documental field approach being carried out at the School of Dentistry Clinic at a University in the south of Santa Catarina, with medical records of patients with disabilities, users of the service in the 2014 to 2019/1. Data were collected in Microsoft Office Excel version 2007 spreadsheets. The following criteria were used to analyze the results: patient profile, anamnesis records and evolution of physical and online medical records, appointments, follow-up returns, signatures and postmark stamps. teachers and students, readability / illegibility of records. **Results:** A total of 146 patients received care from 2014 to

2019/1 and 246 analyzes were performed in these medical records and among these, 13 analyzes were excluded, where the patients were not from the PNE discipline or the physical or online medical records were not. were found, thus totaling a total of 233 analyzes for the statistical survey of the study. **Conclusion:** From the results obtained in the research it was observed that it is necessary to pay more attention to fill out the clinical records of patients. The student must make all required records in both the physical and online medical records and teachers must establish rigorous methodologies in the verification of these records. It is believed that the data collected may contribute to further improvement of the dental service offered to patients with disabilities.

Keywords: medical records, people with disabilities, dental clinic.

INTRODUÇÃO

Paciente com Necessidade Especial (PNE) é todo o indivíduo que apresenta alteração física, intelectual, social ou emocional, podendo ser esta alteração: aguda ou crônica, simples ou complexa, ou ainda, aquele indivíduo que necessitar de um atendimento diferenciado, educação especial e/ou instrução suplementar por um período ou por toda a sua vida¹. Atualmente, o termo considerado mais adequado para sua denominação é “pessoa com deficiência”².

Pessoas com deficiência possuem um risco maior para as doenças bucais, pois apresentam dificuldade na higienização, na mastigação, fazem uso de dieta pastosa e/ou rica em carboidratos e açúcares, utilizam medicamentos adocicados de rotina e que promovem alteração do fluxo salivar, além das limitações para acesso aos serviços. A assistência odontológica à este grupo populacional está relacionada as limitações tanto dos pacientes quanto dos profissionais e/ou das equipes de saúde bucal³.

Alguns cursos de Odontologia incluíram na sua grade curricular uma disciplina de cunho obrigatório voltada para pessoas com deficiência, objetivando preparar adequadamente os futuros profissionais para o atendimento dessa parcela da população. O atendimento de pessoas com deficiência por estudantes do curso de graduação proporciona o aprendizado não somente técnico mas essencialmente humanizado incentivando as relações interpessoais entre profissionais, paciente e responsáveis/cuidadores bem como a integração multidisciplinar e interdisciplinar através do acolhimento, da prevenção e também com tratamentos curativos quando necessário, estabelecendo critérios embasados em evidência científica para que os acadêmicos atuem com segurança ao se depararem com as diversas patologias

neuropsicomotoras apresentadas por esses pacientes, preparando o futuro profissional para oferecer um tratamento de excelência⁴.

O prontuário odontológico é um documento primordial no registro da anamnese, do diagnóstico e o plano de tratamento, do tratamento realizado, assim como do prognóstico e eventuais intercorrências, sendo um importante instrumento de defesa frente à processos jurídicos de ordem civil, criminal e odontolegal. A cada dia o número de pacientes que necessita de tratamentos especiais vem crescendo e os problemas de saúde modificam-se com o decorrer dos anos⁵.

Segundo o Conselho Federal de Odontologia (CFO) 2012, Capítulo VII Dos Documentos Odontológicos, Art.17, é obrigatório a elaboração e a manutenção de forma legível e atualizada do prontuário e a sua conservação em arquivo próprio, seja de forma física ou online. Os profissionais da Odontologia deverão manter no prontuário os dados clínicos necessários para a condução do caso, sendo preenchido em cada consulta, estabelecendo a ordem cronológica com data, hora, nome, assinatura e número de registro do cirurgião-dentista no Conselho Regional de Odontologia⁶.

Um prontuário convencional é composto de anamnese, contrato de prestação de serviços odontológicos, evolução clínica do tratamento, radiografias e fotografias do paciente bem como cópias de receitas, atestados e encaminhamentos, termo de consentimento livre e esclarecido, contendo todas as informações atualizadas do paciente para que o profissional possa realizar um trabalho eficaz e de qualidade, tornando-se uma ferramenta essencial para o cirurgião-dentista realizar uma avaliação diária do tratamento proposto, analisando a evolução e as condições gerais do paciente⁷.

É relevante destacar que o preenchimento de um prontuário odontológico, especialmente para pessoas com deficiência deve englobar o maior número possível de informações, quanto às suas alterações gerais, sistêmicas, bucais (considerando as diversas especialidades odontológicas), bem como as comportamentais, para que diante disso, possa se desenvolver um tratamento mais qualificado e humanizado considerando cada paciente de forma individualizada, atendendo assim, as prováveis complicações bucais do indivíduo e respeitando suas limitações⁸. Para ser útil e ter validade legal, o prontuário deve ser completo, preciso e legível. Os registros, inclusive os acréscimos subsequentes, devem ser escritos à tinta e datados⁹.

Muitas vezes o cirurgião-dentista deixa de registrar informações essenciais, o que poderá trazer consequências importantes tanto para o paciente quanto para o profissional que realizou o atendimento¹⁰.

Frente a problemática elencou-se como objetivo geral analisar a documentação dos registros de atendimentos odontológicos à pessoas com deficiência de uma Clínica Escola em uma Universidade no Sul de Santa Catarina.

METODOLOGIA

O estudo tratou-se de uma abordagem qualiquantitativa, transversal, descritiva e retrospectiva, de campo, documental sendo realizado na Clínica Escola de Odontologia em uma Universidade no Sul de Santa Catarina, com prontuários de pacientes com deficiência, usuários do serviço, com os seguintes critérios:

Critérios de Inclusão do paciente

- Pessoa com deficiência;
- Ser atendido na Clínica da Disciplina de Pacientes com Necessidades Especiais no período de 2014 à 2019/1.

Critérios de exclusão dos pacientes

- Não ter prontuário nem físico nem online.

O desenvolvimento do estudo seguiu o seguinte itinerário:

- Identificação dos prontuários físico e online da disciplina de Pacientes com Necessidades Especiais na Clínica Escola entre os anos de 2014 à 2019/1.
- Coleta de dados dos prontuários em planilhas do Software Microsoft Office Excel versão 2007.
- Identificação das variáveis: sexo, idade, data do primeiro e último atendimento, anamnese dos prontuários físico e online, registro dos procedimentos físico e online, assinatura e carimbo dos docentes e discentes no procedimento, retorno agendado,

data do retorno, se o paciente foi encaminhado e retornou, se o paciente permanece em tratamento, legível/ilegível.

A discussão dos resultados foi a partir do referencial teórico das bases de dados Scielo, Pubmed e Lilacs publicados preferencialmente nos últimos 10 anos, estabelecendo diálogo entre os autores e os resultados obtidos na pesquisa.

O responsável pela Clínica Escola consentiu o desenvolvimento da pesquisa e o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, obedecendo a Resolução 510/2016/CNS, a fim de ser avaliado, evitando-se desta forma equívocos metodológicos que pudesse incorrer em desvios éticos quanto aos resultados da pesquisa e falha na interpretação dos dados, acarretando prejuízo ao leitor e usuário do serviço e teve como número de parecer de aprovação 3.344.687.

A análise estatística descritiva foi utilizada para calcular proporções relativas em percentuais e tempo médio, sendo gerados gráficos temporais, apresentando o comportamento das variáveis de interesse do estudo, ao longo dos anos avaliados.

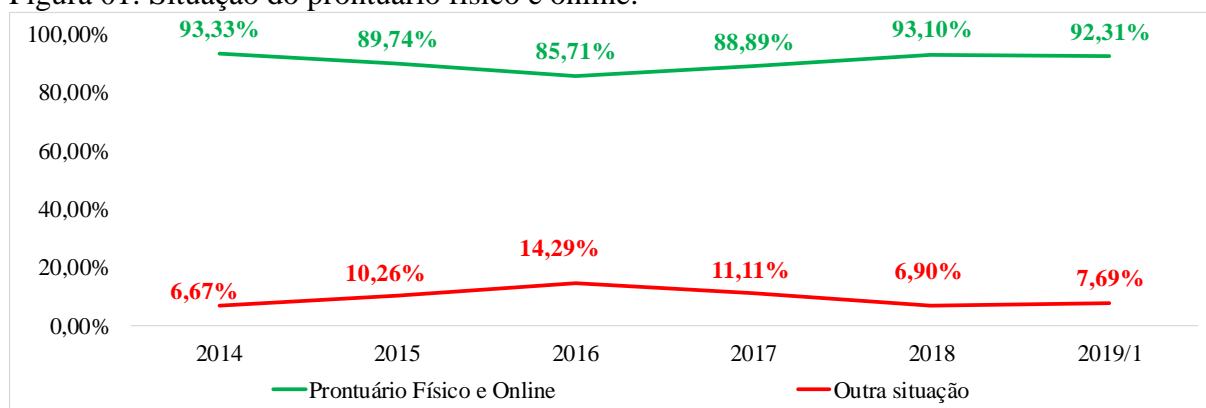
RESULTADOS

Um total de 146 pacientes receberam atendimento no período de 2014 à 2019/1 e 246 análises foram realizadas nestes prontuários e entre estes, foram excluídos 13 prontuários, onde os pacientes não eram da disciplina de PNE ou os prontuários tanto físico como online não foram encontrados, totalizando desta forma, 233 análises para o levantamento estatístico do estudo. Foram atendidos especificadamente em 2014, 42 pacientes, em 2015, 35 pacientes, no ano de 2016, 39 pacientes, no ano de 2017, 33 pacientes, em 2018, 54 pacientes e em 2019/1, 26 pacientes. Para análise dos resultados, foram utilizados os seguintes critérios: *registro completo*, *incompleto*, *não consta* e *não foi possível avaliar*. O item *registro completo* equivale aqueles prontuários que apresentavam todos os dados preenchidos de maneira adequada. Como *registro incompleto* foi determinado aos prontuários que estivessem faltando algum dado necessário à coleta. O item *não consta* foi aplicado para aqueles prontuários que não apresentavam nenhum registro imprescindível para a coleta dos dados e *não foi possível avaliar* – aos prontuários onde constavam apenas registros no prontuário online.

Quanto ao perfil dos pacientes, a idade, variou entre 0 a 82 anos, sendo a faixa etária mais frequente entre 21 e 30 anos. Em relação ao sexo dos pacientes, o sexo masculino esteve mais presente, sobressaindo no ano de 2015 onde foi encontrado 72,22% do sexo masculino e 27,78% para o feminino.

Dos dados analisados em 2014 houve um melhor preenchimento de prontuários físico e online em 93,33% dos atendimentos. Para as outras situações, foram atribuídas *apenas prontuário online, nunca veio em PNE e não existe prontuário nem físico nem online*. Os resultados estão expressos na figura 01:

Figura 01: Situação do prontuário físico e online:



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2019

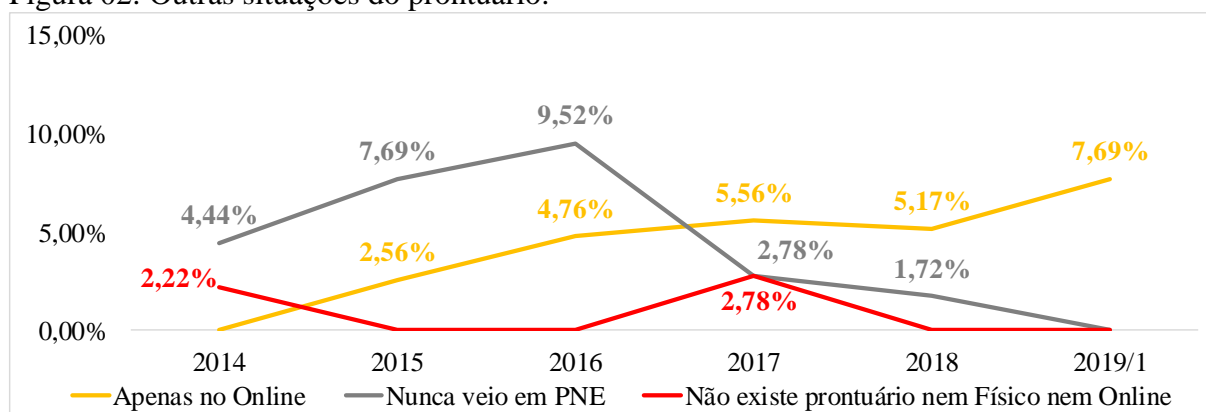
Em 2015 quanto aos prontuários apenas online especificamente, 2,56% demonstravam preenchimento enquanto que em 2019/1, 7,69% foram preenchidos corretamente.

Quanto aos pacientes agendados, mas que nunca vieram ao atendimento da disciplina de PNE, no ano de 2016 foi de 9,52%, enquanto no ano de 2018 foi um percentual de 1,72%.

No ano de 2014, 2,22% dos pacientes não possuíam prontuários nem físico nem online, enquanto que em 2017 este percentual sobe para 2,78% de acordo com a listagem nominal apresentada pela coordenação da clínica.

Dentre as três situações citadas, a variável apenas no online, foi utilizado para computação dos dados. Estes resultados são demonstrados na figura 02:

Figura 02: Outras situações do prontuário:

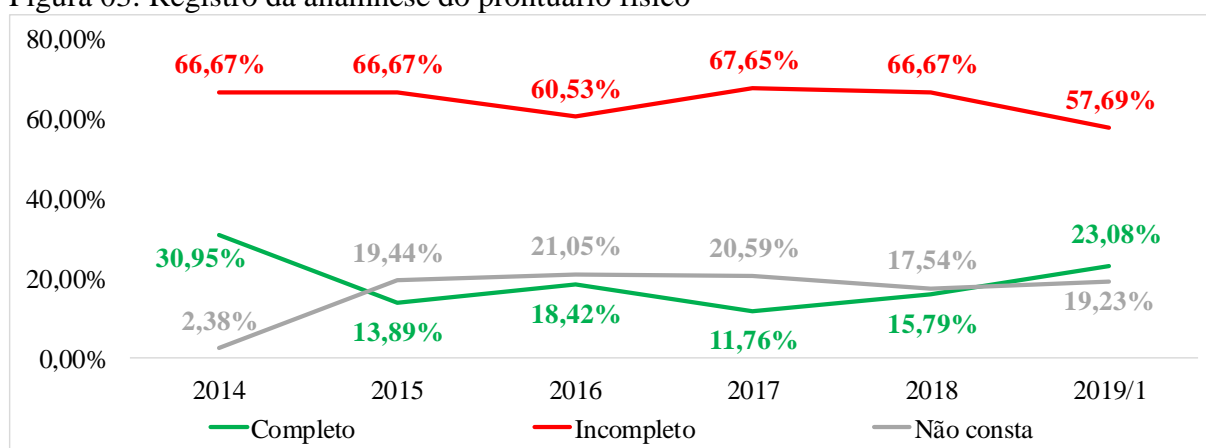


Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2019

O registro da anamnese nos prontuários físicos foi identificado: falta de preenchimento de exame extra e intra oral e odontograma, ausência de carimbo, assinatura e data do preenchimento tanto por parte dos docentes quanto discentes, sendo assim, foi classificado como incompleto este registro quando da falta de quaisquer um destes itens. Neste quesito, 30,95% no ano de 2014 estavam completos, enquanto que no ano de 2019/1 o percentual apresentado foi de 23,08% com variações positivas e negativas durante este período.

Em relação aos dados incompletos o ano de 2017 apresentou 67,65% e no ano de 2019/1, 57,69%. Quanto à não existência do registro da anamnese, o ano de 2016 apresentou 21,05% e o ano de 2019/1 foi 19,23%, de acordo com a figura 03:

Figura 03: Registro da anamnese do prontuário físico

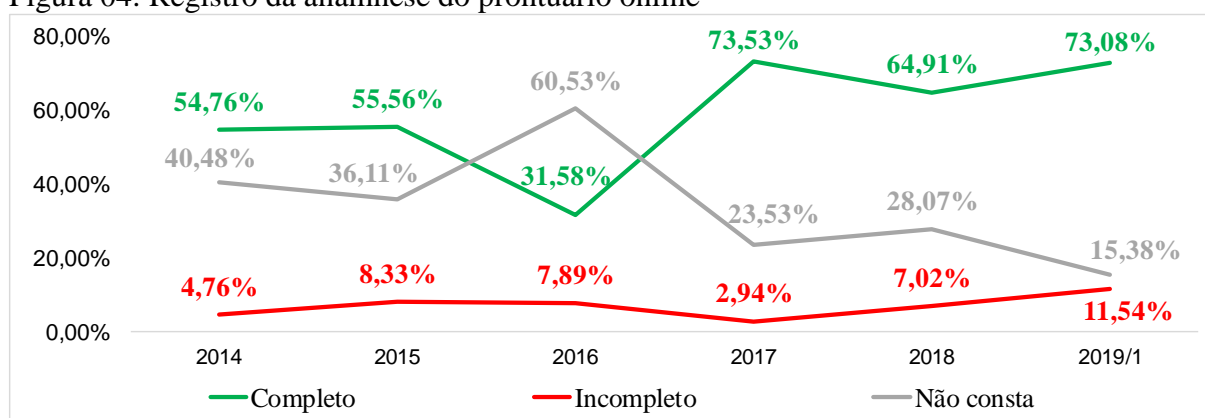


Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2019.

Nos registros da anamnese dos prontuários online, observou-se que 31,58% dos preenchimentos no ano de 2016 estavam completos enquanto no ano de 2017 o percentual apresentado foi de 73,53% com variações positivas e negativas no decorrer dos anos.

Quanto aos dados incompletos o ano de 2017 apresentou 2,94%, enquanto que no ano de 2019/1 apresentou 11,54%. A não existência dos registros da anamnese no prontuário online no ano de 2016 apresentou 60,53% e 2019/1 foi de 15,38%. Estes dados estão expostos na figura 04:

Figura 04: Registro da anamnese do prontuário online



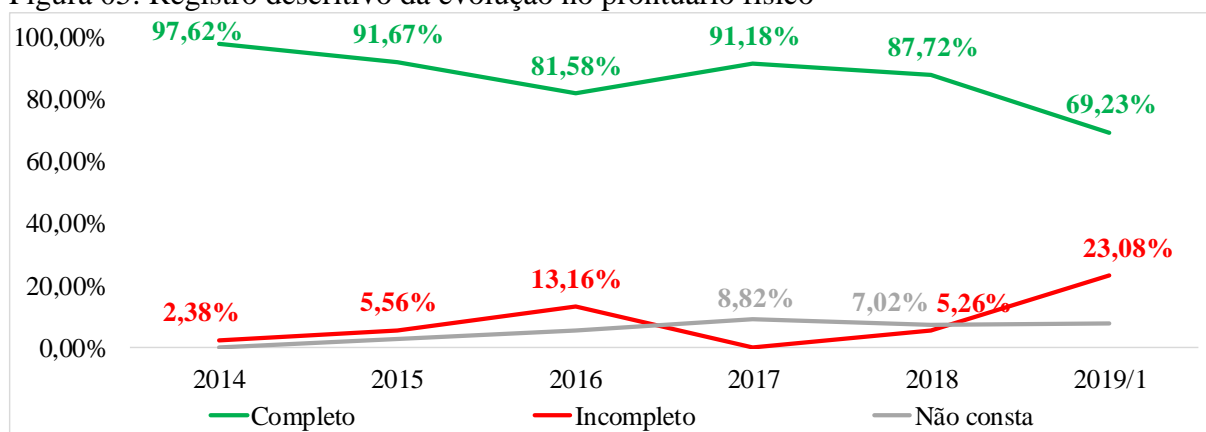
Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2019

Quando analisados os registros descritivos das evoluções odontológicas nos prontuários físicos, observou-se que em 2014, 97,62% estavam completos e no ano de 2019/1 os completos totalizaram 69,23%.

Dos registros incompletos, o ano de 2014 apresentou um percentual de 2,38%, enquanto que 2019/1 este percentual foi de 23,08% com variações entre os anos.

Em relação aos que não constam registros no prontuário físico, no ano de 2017, este percentual foi de 8,82% prontuários não existentes. Estes dados estão expostos na figura 05:

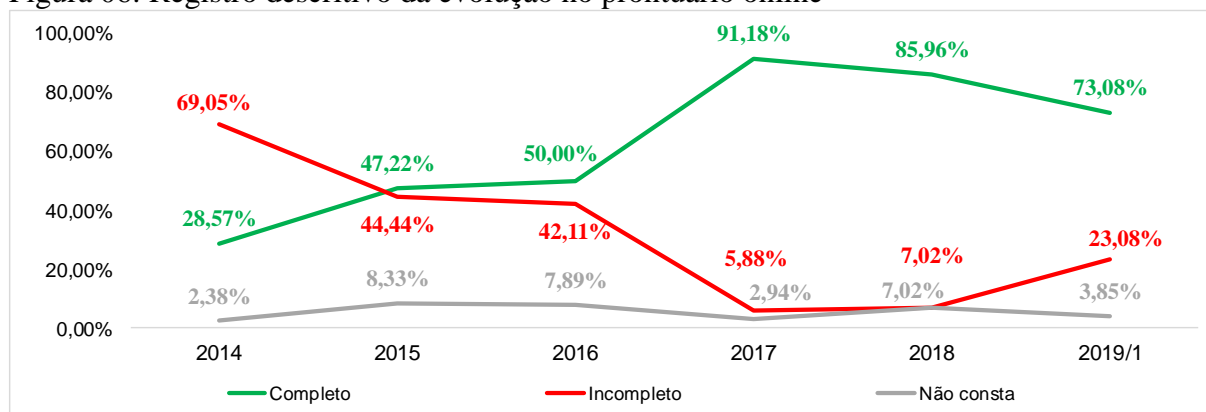
Figura 05: Registro descritivo da evolução no prontuário físico



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2019.

Quando analisados os registros descritivos das evoluções odontológicas nos prontuários online, observou-se que em 2017, 91,18% estavam completos. Dos registros incompletos o ano de 2017 apresentou 5,88% e no ano de 2014, 69,05% com variações entre os anos. Não constavam registros de 8,33% em 2015, enquanto que 2014 foi de 2,38%. Estes dados estão expressos na figura 06:

Figura 06: Registro descritivo da evolução no prontuário online

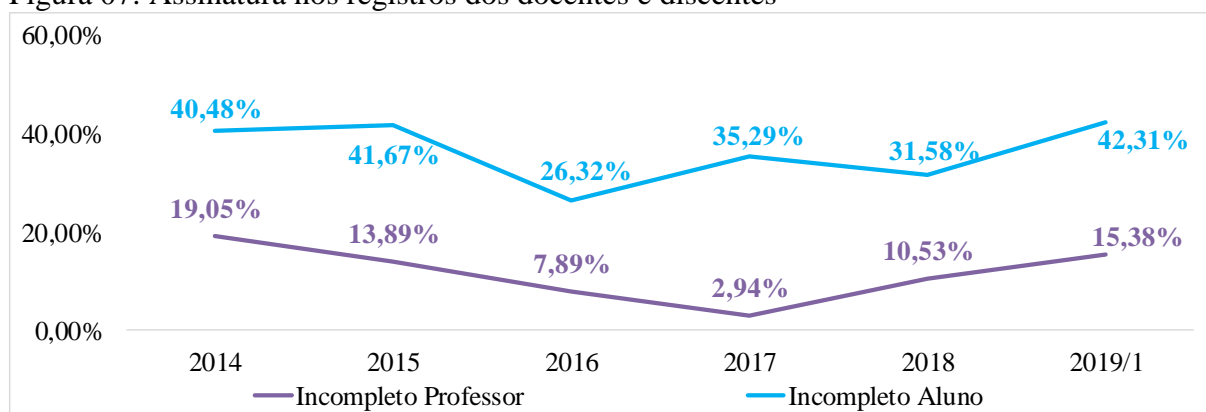


Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2019

Na análise da variável assinatura dos docentes e discentes nos registros das evoluções nos prontuários físicos, o ano de registros completos foi entre 2016/2017 com uma prevalência de 88,24% do docente e 68,42% do discente.

Quanto a falta de assinaturas os dados mostram que no ano de 2014 foi de 19,05% dos docentes, havendo um declínio no decorrer dos anos seguintes, e em 2019/1, 42,31% dos discentes não apresentavam assinatura. Estes dados estão demonstrados na figura 07:

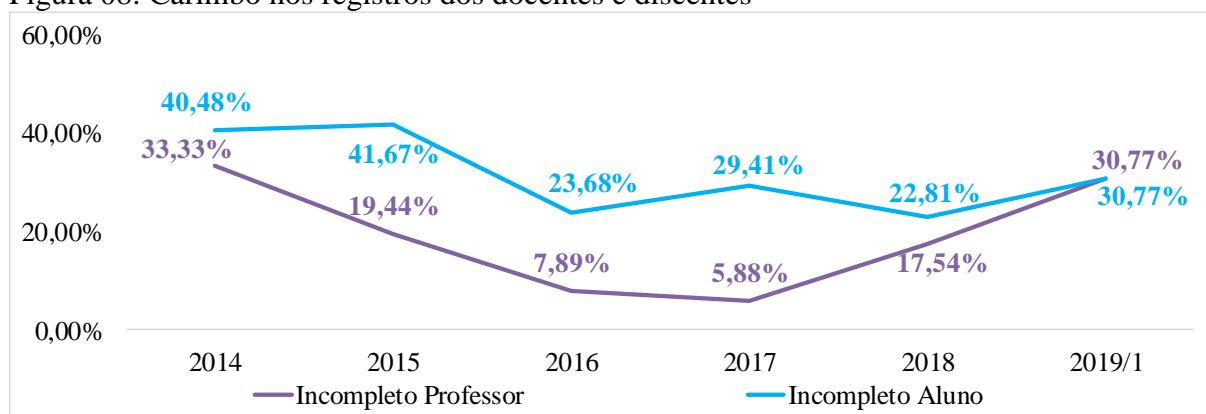
Figura 07: Assinatura nos registros dos docentes e discentes



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2019

Em relação aos registros incompletos que não constavam carimbo nas evoluções, o pior ano foi em 2014 para o docente, com um percentual de 33,33% e para o discente o pior ano foi em 2015, sendo 41,67%. Estes resultados estão apresentados na figura 08:

Figura 08: Carimbo nos registros dos docentes e discentes

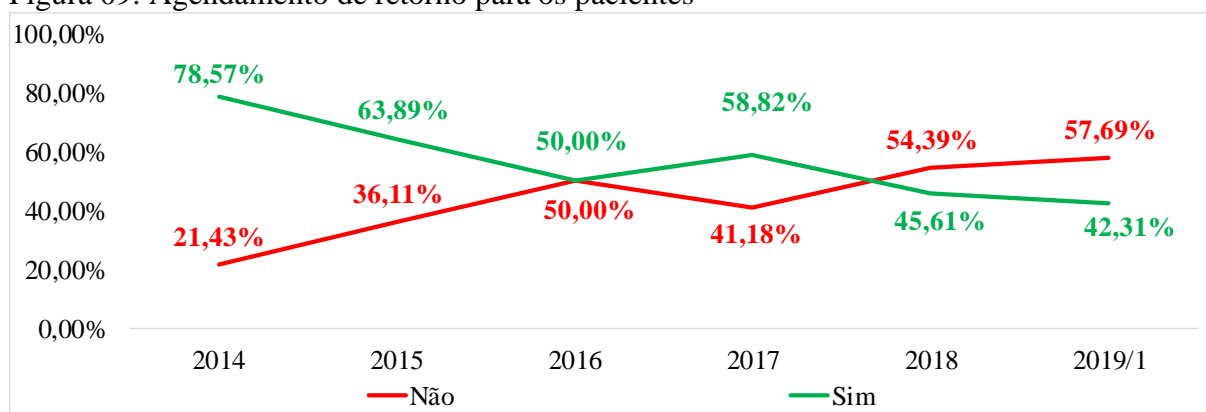


Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2019

A avaliação do retorno agendado realizado pelos discentes, observou-se que no ano de 2014 estes agendamentos foram de 78,57% e no ano de 2019/1 foi de 42,31%,

Em relação a não realização de agendamento para retorno, nota-se no ano de 2019/1 um percentual de 57,69% e no ano de 2018 foi de 54,39%. Estes dados estão expressos na figura 09:

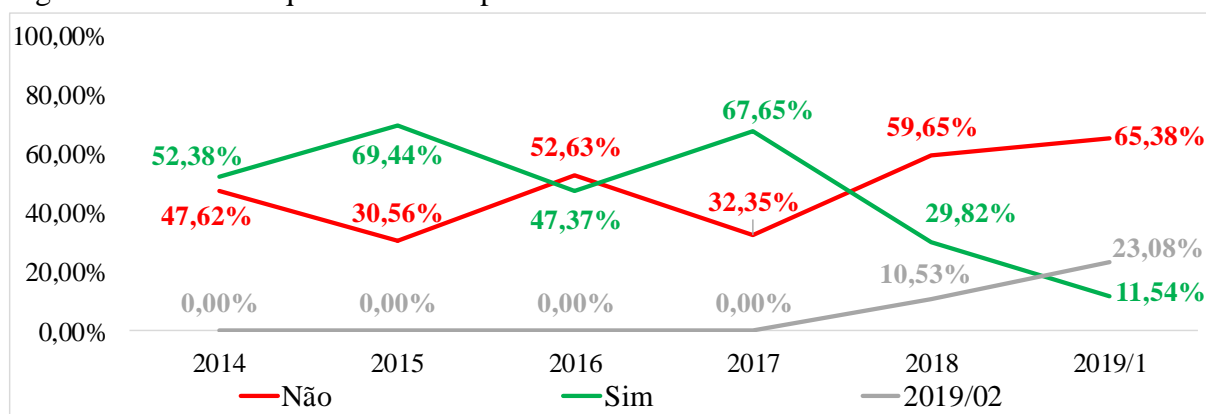
Figura 09: Agendamento de retorno para os pacientes



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2019

O estudo também avaliou o percentual de pacientes que retornaram entre os anos de 2014 à 2019/1 para atendimento. Os pacientes que apresentaram retorno foram maiores em 2015 com 69,44% e menor em 2019/1 com 11,54%. Salienta-se que no momento da coleta de dados os atendimentos de PNE em 2019/2 ainda não haviam sido realizados. Os resultados estão apresentados na figura 10:

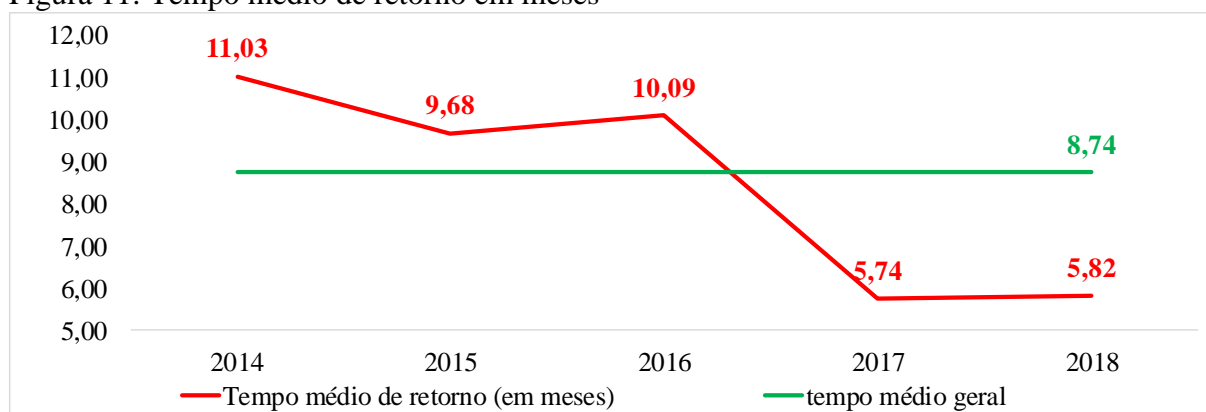
Figura 10: Pacientes que retornaram para o atendimento



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2019

Na análise do tempo médio de retorno, foi avaliado o intervalo de tempo em meses do último atendimento até a data do retorno. Contatou-se que o paciente levou cerca de 11,03 meses no ano de 2014 para estar retornando na disciplina, enquanto que no ano de 2018 este tempo passou para 5,82 meses. Estes resultados são demonstrados na figura 11:

Figura 11: Tempo médio de retorno em meses



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2019

Quando avaliada a variável legibilidade/ilegibilidade dos registros dos prontuários físicos, um percentual de 80,95% no ano de 2014 apresentavam-se mais legíveis. No ano de 2018, 12,28% apresentavam-se ilegíveis.

Quanto às comorbidades dos pacientes, não há um campo específico para o registro, dificultando a identificação deste dado, tanto nos prontuários físicos quanto online.

DISCUSSÃO

A discussão foi escalonada em quatro momentos:

Primeiro momento: Dados de identificação dos pacientes (perfil) no prontuário físico e online;

Segundo momento: Anamnese, evolução física e online;

Terceiro momento: Assinaturas, carimbos, legibilidade/ilegibilidade;

Quarto momento: Agendamentos e retornos.

É salutar relembrar que o código de ética de odontologia prevê no Capítulo III, Art.9º- Os deveres fundamentais dos inscritos (cirurgiões dentistas), e que sua violação caracteriza infração ética. Uma das obrigações do profissional conforme inciso X é “elaborar e manter atualizados os prontuários na forma das normas em vigor, incluindo os prontuários digitais”. Além disso, no Capítulo VII, Art. 17 - é obrigatória a elaboração e a manutenção de forma legível e atualizada de prontuário e a sua conservação em arquivo próprio seja de forma física ou digital. Também prevê em parágrafo único que - os profissionais da Odontologia deverão

manter no prontuário os dados clínicos necessários para a boa condução do caso, sendo preenchido, em cada avaliação, em ordem cronológica com data, hora, nome, assinatura e número de registro do cirurgião-dentista no Conselho Regional de Odontologia⁶.

Primeiro momento: Dados de identificação dos pacientes (perfil) no prontuário físico e online.

Uma pesquisa revelou que o percentual de pacientes do sexo masculino com deficiência é maior do que no sexo feminino, e esta é uma característica confirmada de uma forma geral no Brasil e em outros países¹. Outro estudo apresenta a média de idade de pessoas com deficiência atendidas em clínicas odontológicas com 21 a 30 anos¹¹. Ambos autores, corroboram com os resultados obtidos na presente pesquisa onde encontrou-se 72,22% de pessoas do sexo masculino e 27,78% feminino, sendo que neste estudo houve predominância da faixa etária entre 21 e 30 anos.

O prontuário odontológico é o conjunto de toda documentação obtida durante o tratamento e manter esses registros completos e atualizados demonstra eficiência técnica e administrativa do profissional, além de servir como objeto de proteção civil e de instrumento de consulta em casos de identificação humana¹².

As mudanças no comportamento da sociedade aconteceram depois das Reformas na Constituição Federal de 1988, no Código de Proteção e Defesa do Consumidor em 1991 e no Código Civil Brasileiro^{13,14}. Pacientes passaram a buscar na justiça seus direitos, fazendo com que o cirurgião-dentista se resguardasse melhor quanto a eventuais processos. Assim, para prevenir complicações jurídicas, foi necessário a implementação do preenchimento do prontuário odontológico de forma completa, incluindo todos os dados do paciente, dentre eles nome, idade, sexo, e perfil sociodemográfico¹⁰.

Este estudo identifica lacunas importantes no preenchimento dos prontuários dos pacientes na disciplina de PNE, o que vai de encontro as Diretrizes da Constituição Federal de 1988 no Brasil^{10,14}.

Segundo momento: Anamnese, evolução física e online.

Na análise do preenchimento de todos os campos das fichas clínicas, 63,3% dos prontuários tinham pelo menos um dos campos da ficha sem preenchimento¹⁵.

A anamnese é um conjunto de informações que faz parte da história clínica do paciente até o momento do exame. Deve constar a queixa principal ou motivo da procura, suas expectativas, história da doença atual e pregressa, colocando-se o maior número de informações possíveis. É importante que sejam registradas as alterações pregressas e ao final da anamnese deve constar data e assinatura do paciente ou responsável legal, docente e discente¹⁶.

No presente estudo observou-se em relação aos Registros da Anamnese do Prontuário Físico e Online falhas, dados incompletos e até mesmo nenhum registro da anamnese, corroborando com uma pesquisa realizada na Universidade Estadual de Montes Claros, em 2005, relatando que em 75% dos documentos estavam preenchidos de forma incorreta, principalmente no 5º, 6º, e 7º períodos do curso¹⁷. Da mesma forma este estudo aponta deficiências nos registros físicos e online na evolução dos procedimentos clínicos realizados nos pacientes atendidos na disciplina de Pacientes com Necessidades Especiais de uma Clínica Escola.

Terceiro Momento: Assinaturas, carimbos, legibilidade/ilegibilidade

Quando analisada a variável assinatura dos docentes e discentes nos registros das evoluções nos prontuários, mostra que o melhor ano de registros completos foi entre 2016/2017 com percentagem de 88,24% sendo do docente e 68,42 % do discente. Observa-se que quanto à assinatura do docente nos prontuários a maioria (83%) apresentava assinatura na descrição de procedimentos odontológicos realizados a cada dia pelos discentes¹⁵.

Nos registros é obrigatório uma evolução coerente do discente que atendeu o paciente, bem como a identificação, tanto do docente quanto discente, sendo também obrigatória as assinaturas de ambos e o respectivo número do CRO¹⁸.

Outro ponto relevante foi a falta de carimbo (que é normalmente o instrumento que apresenta o número do CRO) juntamente com as assinaturas, mas que na literatura não foi encontrada nenhuma descrição sobre este quesito.

Na avaliação da variável legibilidade/ilegibilidade nos registros dos prontuários, um percentual de 80,95% no ano de 2014, apresentavam-se mais legíveis. No ano de 2018, 12,28% apresentavam-se ilegíveis. O preenchimento da ficha clínica com letra legível foi verificado na maioria 68% dos prontuários¹⁵.

Quarto momento: Agendamentos e retornos

O presente estudo mostrou que o agendamento realizado pelos discentes vem apresentando um declínio com o passar dos anos, uma vez que, em outro estudo não há indícios de agendamento na análise dos prontuários, já que raramente são encontrados registros de encaminhamentos efetuados¹⁹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se necessário uma maior atenção no preenchimento dos prontuários clínicos dos pacientes, sendo importante a formação de uma equipe docente coesa para que o processo de ensino aprendizagem seja contemplado com regras adequadas e diretrizes bem estabelecidas.

O discente deve realizar todos os registros obrigatórios tanto no prontuário físico quanto no online e os docentes que fazem parte da disciplina devem estabelecer metodologias rigorosas na conferência destes registros.

O acesso fácil aos encaminhamentos dos pacientes que foram atendidos, a sugestão aqui proposta é manter uma agenda de retorno dos pacientes para que no início de cada semestre os responsáveis possam orientar a secretária, indicando os pacientes com prioridade para o seu agendamento, pois o paciente pode não ter sido agendado pelo discente ou pela secretária, ou ainda alguma comorbidade tenha ocorrido e este paciente estar impossibilitado de retornar para o acompanhamento.

No registro da anamnese do prontuário físico e online, sugere-se um campo para preenchimento de comorbidade e data de atualização da revisão de anamnese e por qual discente foi realizado para que se obtenha um prontuário sempre atualizado e de fácil acesso as informações.

A Disciplina de Pacientes com Necessidades Especiais da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), está inserida na grade curricular desde 2014, proporcionando um aprendizado técnico e humanizado, preparando o futuro profissional para oferecer um tratamento de excelência.

Não há dúvidas da importância desta disciplina ser de ordem obrigatória dentro do currículo do curso de Odontologia, mesmo que alguns pontos importantes necessitem de ajustes para um desenvolvimento de excelência.

Importante que este trabalho tenha uma continuidade para que possamos realizar um levantamento dos tratamentos realizados nos pacientes que foram atendidos.

REFERÊNCIAS

1. Veríssimo AH, Azevedo ID, Rêgo DM. Perfil Odontológico de Pacientes com Necessidades Especiais Assistidos em Hospital Pediátrico de uma Universidade Pública Brasileira. *Pesq Bras ClinIntegr* 2013 out/dez; 13(4):329 -35.
2. Lippo H, Matarazzo C. *Vai encarar? A nação quase invisível de pessoas com deficiência.* São Paulo: Ed. Melhoramentos, 2009.
3. Santos JS, Valle DA, Palmier AC, Amaral JHL, Abreu MHNG. Utilização dos serviços de atendimento odontológico hospitalar sob sedação e/ou anestesia geral por pessoas com necessidades especiais no SUS-MG, Brasil. *Ciênc Saúde Coletiva* 2015. 20(2):515-524.
4. Domingues NB, Ayres KCM, Mariusso MR, Zuanon ACC, Giro EMA. Caracterização dos pacientes e procedimentos executados no serviço de atendimento a pacientes com necessidades especiais da Faculdade de Odontologia de Araraquara – UNESP. *RevOdontol UNESP* 2015 dez; 44(6):345-50.
5. Kreuger MR, Diegoli NM, Pedrini RA, Porfírio VR, Silva F. Consulta odontológica e doença sistêmica: análise do conhecimento dos cirurgiões- dentistas em Itajaí - SC. *Revista da Faculdade de Odontologia de Lins* 2009; 21(2):15-22.

6. CFO. Conselho Federal de Odontologia. 2012 [Acesso em: 05 nov 2019]; Disponível em: <http://cfo.org.br/>.
7. Santos PS, Carvalho GP. Prontuários eletrônicos em odontologia e obediência às normas do CFO. *RevOdontolBras Central* 2014; 23(66):166-171.
8. Haddad AS. *Odontologia para pacientes com necessidades especiais*. São Paulo Santos 2007.
9. Saraiva AS. A importância do prontuário odontológico - com ênfase nos documentos digitais. *RevBrasOdontol* 2011; 68(2): 157-60.
10. Amorim HPL, Marmol SLP, Cerqueira SNN, Silva MLCA, Silva UA. A importância do preenchimento adequado dos prontuários para evitar processos em Odontologia. *ArqOdontol. Belo Horizonte* 2016 jan/mar; 52(1): 32-37.
11. Castro AM, Marchesoti MGN, Oliveira FS, Novaes MSP. Analysis of dental treatment provided under general anesthesia in patients with special needs. *Revodontol UNESP (Online)* 2010 39(3):maio-jun.
12. Benedicto EN, Lages LHR, Oliveira OF, Silva RHA, Paranhos LR. A importância da correta elaboração do prontuário odontológico. *Odonto*. 2010; 18(36): 41-50.
13. Oliveira CML, Bezerra ESM, Lobato IH, Nobre RM, Machado SM, Barroso RF. Processos movidos contra cirurgiões-dentistas no Conselho Regional de Odontologia - seção Pará - nos últimos sete anos. *Saúde, Ética & Justiça* 2010;15(2):46-52.
14. Brasil. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 2016. [acesso em 13 nov 2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
15. Costa SM, Braga SL, Abreu MHNG, Bonan PRF. Questões éticas e legais no preenchimento das fichas clínicas odontológicas. *RGO - Rev Gaúcha Odontol*. 2009; 57(2): 211-6.

16. Paranhos LR, Salazar M, Ramos AL, Siqueira DF. Orientações legais aos cirurgiões dentistas. *Odonto* 2007; 15(30): 55-62.
17. Oliveira DL, Yarid AD. Prontuário odontológico sob a ótica de discentes na Odontologia. *RevOdontol Unesp* 2014; 43(3):158-164.
18. Tonello IMS, Nunes RMS, Panaro AP. Prontuário do paciente: a questão do sigilo e a lei de acesso à informação. *Inf. Inf* 2013 maio/ago;18(2):193-210.
19. Sanchez HF, Drumond MM. Atendimento de urgências em uma Faculdade de Odontologia de Minas Gerais: perfil do paciente e resolutividade. *Rev. Gaúcha Odontol.* 2011; 59 (1):79-86.